

SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO DISTRITO FEDERAL: CUSTO-ALUNO EM ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Francisco José da Silva
UFRGS e SEDF
manoonam2br@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é comparar o custo-aluno de escolas públicas de ensino fundamental (séries finais) do DF. A amostra é composta por 4 escolas: 2 da Região Administrativa de Brasília (RA-Brasília) e 2 da RA-Samambaia. A RA-Brasília está localizada na área central do DF e a RA-Samambaia distante 40 quilômetros do centro. Insumos: salário de pessoal; material de consumo; material permanente; outros insumos (serviços de terceiros; água/esgoto; energia elétrica; e outros) prédio; e terreno. Conclusões: a) custo-aluno de R\$ 4.900,76 em Brasília e de R\$ 2,576,14 na Samambaia; b) custo de pessoal responsável por 86,31% do custo-aluno total.

Palavras-chave: custo-aluno; escola pública; insumos.

INTRODUÇÃO

E se a educação pública básica no Brasil fosse organizada por distritos como na maioria das localidades nos Estados Unidos, o que aconteceria em termos de custo-aluno? A resposta parece óbvia, considerando-se que a educação pública nos distritos americanos é financiada em grande parte por impostos pagos pela população local: distritos com moradores de alto poder aquisitivo e mais recursos, custo-aluno elevado; distritos com moradores de baixo poder aquisitivo, custo-aluno baixo. No Brasil, a educação é organizada por intermédio de um sistema centralizado, e, teoricamente, tem um custo-aluno mais padronizado. Mas na prática, não é isso que acontece. E não acontece porque a mesma matriz distrital está presente na organização da educação brasileira em nível municipal e estadual. É que as diferenças na educação básica estão dadas pelo peso da responsabilidade dos governos municipal e estadual no financiamento da educação. Pode-se afirmar que no Brasil prevalece uma espécie de organização educacional distrital gigante, na qual a educação pública de um município ou estado é financiada em grande parte por impostos pagos pela população local, só que neste caso de uma cidade ou estado inteiro. Isso explica as diferenças em termos de custo-aluno entre municípios, ainda que pertencentes a um mesmo estado.

Nesse sentido, espera-se que comparações de custo-aluno¹ entre municípios, ainda que pertencentes a um mesmo estado, revelem diferença proporcionais às suas capacidades de arrecadação. O mesmo seria esperado ao se comparar estados entre si. Mas o que seria esperado em termos de custo-aluno ao se comparar escolas de um mesmo sistema de ensino, no caso do sistema de ensino público do DF? Ou seja, qual é o quadro de (des)igualdades

¹ Fica convencionado que custo-aluno é o custo por aluno num período de doze meses (1 ano).

entre escolas públicas de duas regiões administrativas do Distrito Federal? O presente artigo responde tal pergunta no que concerne a 4 escolas do ensino fundamental (2 de Brasília e 2 da Samambaia).

Amostra e opções metodológicas

As duas escolas da RA-Brasília (Escola de Ensino Fundamental de Brasília 1 - EEFB1 e Escola de Ensino Fundamental de Brasília 2 - EFB2) atendem a alunos apenas das séries finais do ensino fundamental regular (5ª a 8ª séries). A EEFB1 tem 508 de alunos e 33 funcionários (16 docentes e 17 não-docentes). A EEFB2 tem 1.120 alunos e 76 funcionários (39 docentes e 37 não-docentes). Já as duas escolas da RA-Samambaia (Escola de Ensino Fundamental da Samambaia 1 - EEFS1 e Escola de Ensino Fundamental da Samambaia 2 - EEFS2), embora oficialmente de 5ª a 8ª séries, atendem alunos de outras etapas e modalidades de ensino. A EEFS1 tem 1.120 alunos, os quais estão distribuídos da seguinte forma: 672 de 5ª a 8ª séries; 190 de aceleração da aprendizagem – séries finais; 258 de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do 2º segmento – séries finais. A EEFS1 dispõe de 63 funcionários (37 docentes e 26 não-docentes). A EEFS2 atende uma variedade ainda maior de etapas e modalidades de ensino. O seus 1.704 alunos estão assim distribuídos: 125 de 3ª e 4ª séries; 799 de 5ª a 8ª séries; 74 de aceleração da aprendizagem – séries iniciais; 142 de aceleração da aprendizagem - séries finais; 163 de Educação de Jovens e Adultos - 1º segmento; e 401 de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do 2º segmento – séries finais. A EEFS2 conta com 69 funcionários (34 docentes e 35 não-docentes). Atente-se que nas escolas de Brasília, 100% dos alunos são de 5ª a 8ª séries. Já na Samambaia, os percentuais são de 60% na EEFS1 e de 46,89% na EEFS2. Estes dados constam na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de alunos total e distribuição dos mesmos por etapa, modalidade e “tipo” nas escolas de Brasília (EEFB1 e EEFB2) e da Samambaia (EEFS1 e EEFS2) – 2008.

	N.º alunos (total)	3ª e 4ª séries	5ª a 8ª séries	Aceleração (1ª a 4ª)	Aceleração (5ª a 8ª)	EJA (1º segmento)	EJA (2º segmento)
EEFB1	481	-	481	-	-	-	-
%		-	100%	-	-	-	-
EEFB2	1.120	-	1.120	-	-	-	-
%		-	100%	-	-	-	-
EEFS1	1.120	-	672	-	190	-	258
%		-	60,00%	-	16,96%	-	23,04%
EEFS2	1.704	125	799	74	142	163	401
%		7,34%	46,89%	4,34%	8,33%	9,57%	23,53%

Fonte: dados da pesquisa.

O custo-aluno ano resulta dos seguintes insumos: salário de pessoal (docente e não-docente); material de consumo; material permanente; outros insumos (serviços de terceiros;

água/esgoto; energia elétrica; telefone e internet banda larga; gás GPL); prédio; e terreno. Dados sobre salários e o material permanente foram coletados *in loco* na escola; prédio, terreno e outros insumos, com base em documentação publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (Carta Tributária do DF e anexo 1 da Portaria n.º 26 da Secretaria de Estado de Educação do Distrito). O material de consumo, por sua vez, foi imputado em 3% do valor do custo-aluno total. Realizou-se visitas de observação e entrevistas “informais” com a comunidade escolar. A análise de dados de custo levou em consideração também as condições *tangíveis* de oferta educacional (número de alunos por turma, docente e não-docente; quantidade, tipo e qualidade dos recursos materiais e humanos).

Os docentes são apenas os professores em regência de classe, opção também adotada por Paro (1981), Zevallos (1984) e Farenzena (2004). O salário considerado aqui é o valor bruto que cada funcionário percebe mensalmente. Portanto, vencimentos, vantagens, gratificações transitórias ou permanentes, bem como outros benefícios são considerados como constituintes dos salários. Para auferir o salário anual de cada funcionário, multiplicou-se o salário bruto mensal por 13,3 (12 salários + 13º + 1/3 de férias).

Em relação aos itens de capital (material permanente, terreno e prédio), pode-se sustentar que, “do ponto de vista teórico e analítico, esta é a categoria de custos mais interessante e ao mesmo tempo a mais complexa” (CASTRO *et al.*, 1978, p. 232). Segundo Zevallos, relacionado a cada categoria, “... tem-se um aluguel imputado (aluguel sombra/*shadow-rent*) decorrente de sua manutenção, depreciação e custo de oportunidade, com exceção do terreno, que só tem este último” (ZEVALLOS, 1984, p. 219). Contudo, nesta pesquisa não se levou em conta quaisquer valores referentes ao custo de oportunidade e taxa de juros de manutenção em relação ao material permanente e prédio. Foi adotada a vida útil de três anos para o material permanente. Este foi auferido por intermédio dos livros de patrimônio e de observação direta na escola. Já para prédio e terreno, a vida útil foi de 50 anos. O custo destes dois itens foi decidido com base em escolas construídas recentemente (prédio) e a Carta Tributária do Distrito Federal (terreno).

Peso do custo de pessoal e impactos das várias escolas em uma só

No que concerne ao peso de cada um dos itens de custo, constata-se o significativo peso dos salários de docentes e não-docentes que respondem por 86,31% do custo-aluno total. A predominância é dos docentes que têm participação de 49,13% contra 37,18% dos não-docentes. Em cada uma das regiões, a participação do pessoal é mais intensa nas escolas da Samambaia (91,12%) do que nas de Brasília (81,92%). Ver tabela 2

Tabela 2 – Custo-aluno de pessoal e percentuais de participação no custo-aluno nas escolas de ensino fundamental de Brasília (EEF 1 e 2) e da Samambaia (EEFS 1 e 2)– 2008.

Escolas	Custo-aluno total	Custo-aluno pessoal		
		Total	Docentes	Não-docentes
EEFB1	R\$ 4.696,44 100,00%	R\$ 3.854,91 82,08%	R\$ 1.968,37 41,91%	R\$ 1.886,54 40,17%
EEFB2	R\$ 4.993,43 100,00%	R\$ 4.087,11 81,85%	R\$ 2.362,93 47,32%	R\$ 1.724,18 34,53%
<i>Média</i>	<i>R\$ 4.900,76</i> <i>100,00%</i>	<i>R\$ 4.014,66</i> <i>81,92%</i>	<i>R\$ 2.239,81</i> <i>45,70%</i>	<i>R\$ 1.774,85</i> <i>36,22%</i>
EEFS1	R\$ 3.184,75 100,00%	R\$ 2.936,97 92,22%	R\$ 1.825,24 57,31%	R\$ 1.111,73 34,91%
EEFS2	R\$ 2.176,11 100,00%	R\$ 1.960,04 90,07%	R\$ 1.058,63 48,65%	R\$ 901,40 41,42%
<i>Média</i>	<i>R\$ 2.576,14</i> <i>100,00%</i>	<i>R\$ 2.347,49</i> <i>91,12%</i>	<i>R\$ 1.362,67</i> <i>52,90%</i>	<i>R\$ 984,82</i> <i>38,23%</i>
Média Geral	R\$ 3.426,20 100,00%	R\$ 2.957,14 86,31%	R\$ 1.683,42 49,13%	R\$ 1.273,71 37,18%

Fonte: dados da pesquisa.

E a alta participação do custo de pessoal, claro, significa baixa participação dos demais itens de custo (material de consumo; material permanente; outros insumos [serviços de terceiros, água/esgoto, energia elétrica, telefone, internet banda larga e gás GLP]; prédio; e terreno). A rigor, os baixos percentuais dos demais itens de custo revelam que a escola é uma pobreza material. A média de participação dos demais itens de custo no custo-aluno total das escolas de Brasília (EEFB 1 e EEFB2) é de 18,08% e nas da Samambaia (EEFS 1 e EEFS2) de 8,85%. Como a média do custo-aluno total nas escolas de Brasília é de R\$ 4.900,76, os 18,08% resultam em R\$ 886,10; já nas da Samambaia, onde a média do custo-aluno total é R\$ 2.576,14, os 8,88% é igual a R\$ 228,65. Mas os R\$ 886,10 por aluno-ano não é necessariamente uma “fortuna”. Ao dividir este montante por 12 meses, tem-se R\$ 73,84. Ou seja, menos de 80 reais por mês por aluno para um conjunto de itens que incluem desde os materiais de consumo até o terreno. Porém, a pobreza é mesmo mais pobre na Samambaia, já que ao dividir os R\$ 228,65 por 12 meses, o resultado é R\$ 19,05 por aluno-mês, menos de 20 reais, justamente onde os alunos mais carentes estão concentrados. Se o item demais itens de custo for desagregado, o custo mais elevado de Brasília fica ainda mais claro.

Outro aspecto importante desta comparação é que o custo-aluno é indiretamente proporcional à variedade de atendimento de etapas, modalidades e programas atendidos pelas escolas. O custo-aluno das escolas da Samambaia é menor que o das suas equivalentes de Brasília. Enquanto a EEFB1 e a EEFB2 têm custo-aluno de R\$ 4.696,44 e R\$ 4.993,43, respectivamente, as da Samambaia apresentam os seguintes valores: R\$ 3.184,75 na EEFS1 e R\$ 2.176,11 na EEFS2. Quando as escolas são comparadas entre si, em termos de diferenças percentuais e valores nominais, tem-se: 47,47% (R\$ 1.511,69) a mais para a EEFB1 em relação à EEFS1; 56,79% (R\$ 1.808,68) a mais para a EEFB2 em relação à EEFS1; 115,82% (R\$

2.520,33) a mais para a EEFB1 em relação à EEFS2; e 129,47% (R\$ 2.817,32) a mais para a EEFB2 em relação à EEFS2. Ou seja, o destaque fica mesmo por conta da EEFS2 com custo-aluno de R\$ 2.176,11. Além disso, as comparações intra regiões mostram que a diferença de custo-aluno é maior entre as duas escolas da Samambaia. O custo-aluno da EEFS2 supera o da EEFS1 em 46,35% (R\$ 1.008,64). Já a EEFB2 supera a EEFB1 em apenas 6,32%.

Número de alunos por turma, docente e não-docente: o que determina mais?

Outra constatação é que número de docentes e não-docentes é um determinante importante para explicar as diferenças de custo entre as escolas. A EEFS2, por exemplo, com 1.704 alunos têm 69 funcionários (docentes + não-docentes) à sua disposição, ao passo que a EEFB2 com 1.120 alunos conta com 76. Ou seja, a EEFB2 com 584 (1.704 menos 1.120) alunos a menos tem 7 funcionários a mais. O resultado em termos de alunos por docente e não-docente é: 28,72 e 30,27 na EEFB2 e 50,12 e 48,69 na EEFS2, respectivamente. Se a referência for a EEFB1, a qual atende 481, é possível mesmo aventar a já conhecida economia de escala, pois esta dispõe de 16 docentes e 17 não-docentes, enquanto que a EEFS2 com três vezes mais alunos (1.704) tem apenas 34 docentes e 35 não-docentes. Ou seja, a EEFS2 que dispõe do dobro de docentes e não-docentes tem mais que o triplo de alunos. O problema é que, ainda que a economia de escala fosse comprovada, há de se considerar a discrepância entre os custos das duas escolas: R\$ 4.696,44 na EEFB1 e R\$ 2,176,11 na EEFS2, o que significa que a primeira tem um custo de R\$ 2.520,33 (115,82%) a mais que a segunda. Já quando se compara a EEFB2 e a EEFS1, que têm exatamente o mesmo número de alunos (1.120), a diferença é de 56,79% (R\$ 1.808,68) a mais para a EEFB2 em relação à EEFS1. Neste caso, um dos motivos mais importantes é o baixíssimo número de não-docentes na EEFS1, no caso 26, o que resulta em 43,08 alunos por cada não-docente contra 30,27 na EEFB2, que conta com 37 não-docentes. Enfim, 11 não-docentes a mais para a EEFB2 para atender o mesmo número de alunos (Tabela 3).

Tabela 3 – Total de alunos, docentes, não-docentes e funcionários em geral e média de alunos por turma e número de alunos por profissional nas escolas de Brasília (EEFB1 e EEFB2) e da Samambaia (EEFS1 e EEFS2) – 2008.

Escolas	Total (alunos) e média de alunos/turma	Total (docentes) e n.º alunos por docente	Total (não-docentes) e n.º alunos por não-docente	Total (funcionários em geral) e n.º alunos por funcionário
EEFB1	508	16	17	33
	36,80	31,75	29,88	15,39
EEFB2	1.120	39	37	76
	37,10	28,72	30,27	14,74
EEFS1	1.120	37	26	63
	35,72	30,27	43,08	17,78
EEFS2	1.704	34	35	69
	35,50	50,12	48,69	24,70

Fonte: dados da pesquisa.

Mas apesar de todas as diferenças de custo-aluno e os prováveis determinantes anteriormente indicados (numero de docentes e não-docentes), a média de alunos por turma é muito próxima. Vale enfatizar, inclusive, que as escolas da Samambaia (EEFS1 e EEFS2) têm média de 35,61 alunos por turma, portanto, menor que a média de Brasília (EEFB 1 e EEFB2), 36,95. Isso apenas mostra a inadequação deste “índice” (número de alunos por turma) para entender a escola. É que o número de alunos por turma da Samambaia só é menor porque, seguramente, o quadro de docentes não está completo. Exemplo disso é que há 34 docentes para 46 turmas na EEFS2. Este é um lamentável fato nesta região. Entra governo, sai governo, mas a falta de docentes na Samambaia não é resolvida. Além disso, é preciso considerar que a média de alunos por turma nas escolas da Samambaia, em função de terem mais de uma etapa da educação básica, oculta situações bem diferentes. Por exemplo, as turmas de aceleração têm bem menos alunos por docente. Já a EJA exhibe número elevado de alunos por docente.

Na verdade, o número de alunos por docentes, à exceção da EEFS2 (50,12), é relativamente aproximado: 31,75 na EEFB1; 28,72 na EEFB2; e 30,27 na EEFS1. A diferença em relação à média de alunos por não-docentes é que, de fato, eleva o custo-aluno nas escolas de Brasília, sendo de 29,88 na EEFB1 e 30,27 na EEFB2 contra 43,08 na EEFS1 e 48,69 na EEFS2.

A parca presença de não-docentes na Samambaia, seguramente, é fator negativo das condições de oferta educacional para auferir uma educação de qualidade. Uma escola tende a funcionar melhor quando a atividade fim é garantida pela atividade meio. Ou seja, os não-docentes é que proporcionam aos docentes um ambiente adequado para a realização das atividades pedagógicas. A escola precisa estar limpa, o lanche pronto, os problemas administrativos resolvidos, o controle de entrada e saída eficiente, além de vários outros detalhes que no seu conjunto fazem a diferença. Enfim, é imprescindível que a atividade fim tenha o suporte de todos os meios necessários. Caso contrário, a escola tende a se tornar um espaço de estresse no qual as funções específicas, em especial as dos docentes, são constantemente prejudicadas ou mesmo inviabilizadas pelos famosos desvios de função. É mais do que óbvio que se um docente tem de, por exemplo, varrer a sala em vários momentos devido à ausência do pessoal da limpeza, o tempo disponibilizado para isso poderá prejudicar a organização do trabalho pedagógico.

Tempo de serviço: controvérsia no “ar”

Outro aspecto a ser considerado é o tempo de serviço de docentes e não-docentes. Em primeiro lugar, vale registrar que, em ambas as regiões, os não-docentes apresentam média de tempo de serviço superior que a dos docentes. A média geral de todos os docentes das duas regiões é de 11,03 anos e dos não-docentes de 14,82. Mas o foco aqui é o fato de nem sempre maior tempo de serviço resultar em salários mais elevados (Tabela 4).

Tabela 4 – Tempo de Serviço (TS) de docentes, não-docentes e funcionários em geral - 2008.

Escolas	TS -docentes (média)	TS -não-docentes (média)	TS - funcionários geral (média)
EEFB1	13,63	17,71	15,97
EEFB2	14,77	17,24	15,97
<i>Média</i>	<i>14,20</i>	<i>17,47</i>	<i>15,97</i>
EEFS1	8,20	10,96	9,34
EEFS2	7,53	13,37	10,49
<i>Média</i>	<i>7,87</i>	<i>12,17</i>	<i>9,92</i>
Média Geral	11,03	14,82	12,94

Fonte: dados da pesquisa.

Na EEFB2, por exemplo, os docentes têm a maior média de tempo de serviço (14,77 anos), mas média salarial anual menor (R\$ 67.858,54) que os da EEFB1 (R\$ 62.495,6) que têm menor média de tempo de serviço (13,61 anos). E o mesmo acontece entre os não-docentes da EEFS2 que com mais tempo de serviço (13,37 anos) percebem menos (R\$ 43.885,54) do que os seus pares da EEFS1 (R\$ 47.889,87) que tem menos tempo de serviço (10,96 anos). Ou seja, a lógica de maior tempo de serviço igual a maiores salários não funciona em todas as situações. O mais comum seria procurar explicação no fator titulação, tendo em vista que os valores pagos a funcionários com especialização, mestrado e doutorado, de fato, podem conduzir a diferenças a mais significativas no salário anual (Tabela 5).

Tabela 5 – Média salarial anual de docentes, não-docentes e funcionários em geral das escolas de Brasília (EEFB 1 e 2) e da Samambaia (EEFS 1 e 2) – 2008.

Escolas	Média salarial docentes	Média salarial não-docentes	Média salarial funcionários em geral
EEFB1	R\$ 62.495,61	R\$ 56.374,37	R\$ 59.342,24
EEFB2	R\$ 67.858,54	R\$ 51.694,28	R\$ 60.231,14
<i>Média</i>	<i>R\$ 65.177,07</i>	<i>R\$ 54.034,32</i>	<i>R\$ 59.786,69</i>
EEFS1	R\$ 55.250,49	R\$ 47.889,87	R\$ 52.212,77
EEFS2	R\$ 53.056,12	R\$ 43.885,54	R\$ 48.706,42
<i>Média</i>	<i>R\$ 54.153,31</i>	<i>R\$ 45.887,71</i>	<i>R\$ 50.459,60</i>
Média Geral	R\$ 59.665,19	R\$ 49.961,01	R\$ 55.123,14

Fonte: dados da pesquisa.

Pode-se ainda analisar os custos nas escolas da Samambaia com a ausência de uma variação de cada vez. Os resultados de tal exercício mostram que de todas as ausências, é a EJA de 5ª a 8ª que mais aproxima o custo-aluno em ambas as escolas do segmento de 5ª a 8ª (que exibe maior custo quando tido isoladamente). Não há dúvida que os custos da Samambaia continuam distantes dos custos das escolas de Brasília mesmo quando se tem apenas a 5ª a 8ª de forma isolada. No entanto, fica claro que a presença do Aceleração da Aprendizagem

e da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) rebaixam ainda mais os custos na Samambaia. Isso, claro, conduz a reflexões acerca das condições de oferta educacional destas variações. De acordo com as informações coletadas nas escolas, as tais condições são bastante precárias. A Aceleração da Aprendizagem porque é um projeto no qual um docente tem de assumir aulas de várias áreas do conhecimento por intermédio de uma “tecnologia social” extremamente confusa e alienígena à escola. Nas conversas com os docentes das turmas de aceleração ficou claro que o material didático disponível e também o treinamento para assumir as turmas é insuficiente diante do desafio de abordar conhecimentos tão diversos com alunos repetentes e, em muitos casos, desanimados. Imprescindível comentar também que, em algumas escolas, os docentes assumiram as turmas porque era a única alternativa. Ou seja, ao que parece, não se discutiu perfil docente para assumir as turmas. As observações *in loco* mostraram ainda problemas de ordem organizacional. Em vários momentos, sequer a fita de vídeo com a aula do dia estava disponível; em outras, o docente responsável por “monitorar” a atividade não tinha a mínima noção do que se passava no vídeo e nem lido a apostila. E numa situação pior, constatou-se que, diante da falta do docente responsável, os próprios alunos trataram de assistir ao vídeo para não terem de assistir aula de reposição. Além de tudo isso, um agravante a mais: a direção da escola não percebe a Aceleração da Aprendizagem como de sua responsabilidade. Ou seja, a impressão é que, às inúmeras limitações de ordem material, pode-se acrescentar isolamento dos recursos humanos envolvidos no programa. Segundo informações mais recentes, o “treinamento” (este termo é péssimo, mas foi o usado por todos os que se referiram aos programas em pauta) foi aligeirado (uma vez por semana durante dois meses) e sem continuidade. Portanto, não parece haver perspectiva séria de sucesso dos alunos das turmas de Aceleração da Aprendizagem, pois para um profissional especialista em uma área ser responsabilizar por todas as demais, no mínimo, seria necessário “treinamento” para abordagem dos conceitos básicos. E isso, obviamente, não é possível em pouco tempo. Mas para uma análise crítica mais pertinente, seria necessário obter mais informações acerca do processo de treinamento.

Quanto às condições de oferta da EJA, a situação também não é boa. Aliás, talvez seja ainda pior, e quatro motivos parecem sustentar tal assertiva. Primeiro, não há material didático disponível, à exceção de livros usados que, em geral, são sobras do diurno. Segundo, os docentes atuantes na EJA não parecem ter identificação com a modalidade. De todos os professores entrevistados informalmente, apenas dois tinham participado de cursos de capacitação nos últimos 3 anos. Terceiro, a EJA funciona como se fosse outra escola. As atividades do diurno e noturno dificilmente têm alguma relação. E quarto, muitos professores de EJA são contratos temporários e trabalham apenas 20 horas à noite. Ou seja, se a Aceleração da Aprendizagem não funciona bem, apesar do esforço concentrado no que se refere à disponibilização de material e “treinamento” obrigatório para os docentes, na EJA nada disso existe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões deste artigo podem ser divididas em três categorias: óbvias; esperadas; e inusitadas. Entre as óbvias estão: custo-aluno mais elevado no centro (Brasília) do que na periferia (Samambaia); alta participação do custo de pessoal (86,31%) no custo-aluno total. Já as esperadas são: turmas de EJA contribuem para que o custo-aluno nas escolas seja mais baixo; mais não-docentes nas escolas de Brasília; número de alunos por docentes e não-docentes têm mais peso do que o número de alunos por turma. E, por fim, as inusitadas: a diferença de custo-aluno é maior entre as duas escolas da Samambaia; mais tempo de serviço nem sempre resulta em média salarial anual mais alta.

Importante também destacar que a variedade de etapas e modalidades atendidas na EEFS2 poderia ser positiva, em especial no que concerne à articulação entre as etapas. Os professores de 4ª série, por exemplo, trabalhariam de forma articulada com os professores da 5ª série. Como é sabido, a passagem para as séries finais do ensino fundamental é repleta de dificuldades. Da mesma forma, a EJA poderia ser articulada com o ensino regular, afinal de contas grande parte dos “conteúdos” são comuns e bastante relacionados entre si. O problema é que o formato de (des)organização escolar não permite (institucionalmente) esta e outras relações pedagógicas, apesar da existência do regime de carga-horária ampliada, na qual os docentes ministram aulas em apenas um turno e planejam atividades no outro.

Mas são as turmas de Aceleração da Aprendizagem que mais desafiam a escola. É que o programa é fruto de parcerias entre a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) e o setor privado que já tem a sua própria proposta pedagógica. E estes, segundo informações obtidas nas escolas, não está de acordo com o projeto-pedagógico da escola. Supõe-se conflito entre o público e o privado, haja vista que o programa tende a agir de forma autônoma, portanto, desvinculado da dimensão pedagógica da escola. Além disso, a metodologia das classes de aceleração da aprendizagem é extremamente baseada em aparatos tecnológicos, sendo os docentes transformados em verdadeiros monitores de assuntos complexos desconhecidos por eles (um professor, via de regra, assume as várias áreas do conhecimento). Ao que parece, este programa é mais um capítulo dos “(des)caminhos da improvisação, do clientelismo, da centralização e dos fisiologismos que têm caracterizado historicamente a definição de prioridades e o uso dos escassos recursos públicos para a educação” (LUCE e FAREZENA, 1998, p. 6).

Por fim, vale enfatizar a importância de se realizar trabalhos de custo no Brasil, não só pela escassez dos mesmos, mas também em função da necessidade de “auxiliar” as decisões acerca da distribuição de recursos financeiros entre escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Cláudio de Moura *et al.* *Custos e Determinantes da Educação: o caso de Brasília*. Rio de Janeiro, 1978 (Programa de Estudos Conjuntos de Integração Econômicas da América Latina – ECIEL/ Governo do Distrito Federal/Secretaria de Educação e Cultura/Fundação Educacional do Distrito Federal).

FARENZENA, Nalú *et. al.* *Levantamento do custo aluno/ano em escolas da educação básica que oferecem condições para oferta de ensino de qualidade*. Rio Grande do Sul/Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/FACED/ Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação, 2004.

LUCE, Maria Beatriz Moreira; FARENZENA, Nalú. *Financiamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental nos Municípios do Rio Grande do Sul: estudo das fontes e usos de recursos e dos custos educacionais/ Relatório de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS/FACED/ PPGEDU/Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação, 1998.

PARO, Vitor Henrique (org.). *Estudo comparativo de custo aluno nos diversos graus e modalidades de ensino da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1981.

ZEVALLLOS, Tânia Catarina Aita. “Análise de custo nas escolas públicas de 1º grau, Santa Maria – RS”. *Revista Educação* (Centro de Educação – UFSM). Santa Maria – RS, vol. 9, n.º 2, p. 207-267, 1984.